

## Operação Compliance Zero

## Preocupação no Planalto

Temor é de que operação contra Jaques Wagner respingue no governo. Lula deve reforçar defesa da autonomia da Polícia Federal

» VANILSON OLIVEIRA  
» DANANDRA ROCHA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva deve manter o discurso de defesa da autonomia da Polícia Federal após a operação realizada ontem, que teve como alvo o líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA). Segundo interlocutores do Palácio do Planalto, o chefe do Executivo vai manter o posicionamento de que todos os envolvidos na fraude do Banco Master sejam investigados e punidos.

Nos bastidores, integrantes do governo afirmam que Lula não pretende interferir no trabalho da PF e deve reiterar o entendimento de que todos os fatos precisam ser apurados. O discurso, segundo auxiliares, é o mesmo adotado em outras investigações que alcançaram pessoas próximas ao governo.

A operação provocou preocupação entre aliados do Planalto. Eles avaliam que adversários poderão explorar o episódio para tentar desgastar o governo. Ainda assim, a orientação no núcleo presidencial é aguardar o avanço das apurações antes de qualquer decisão sobre o futuro político de Wagner.

O presidente nacional do PT, Edinho Silva, ressaltou que todas as apurações devem avançar. "Apoiamos todas as apurações envolvendo o Banco Master. A sociedade tem o direito de saber a verdade, os crimes cometidos precisam ser apurados e os responsáveis, penalizados", declarou.

Em nota, o líder do PT na Câmara, Pedro Uczai (SC), reafirmou apoio à instalação da CPMI do Master e declarou confiar na atuação da Polícia Federal.

O ministro da Secretaria de Relações Institucionais (SRI), José Guimarães, descartou qualquer relação entre o Planalto e eventuais articulações em favor do Master no Congresso. Segundo o ministro, a tramitação de propostas de interesse da instituição financeira não teve orientação do Executivo. "Nosso governo tem uma orientação clara: apura-se tudo, doa a quem doer", frisou.

Ele evitou comentar uma possível saída de Wagner da liderança do governo no Senado e afirmou que a decisão cabe exclusivamente a Lula. Guimarães ressaltou que mantém confiança no senador baiano. (Colaborou **Alícia Bernardes**)

Paula Fróes/Flickr



Wagner relatou ter recebido um telefonema de solidariedade do presidente Lula e enfatizou que continuará na liderança do governo no Senado

## “Nunca recebi dinheiro de ninguém”, diz senador

O senador Jaques Wagner (PT-BA), alvo da operação da PF sobre o escândalo Master, negou envolvimento em irregularidades. Ele disse ter conversado, ontem, por telefone, com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e que recebeu solidariedade dele. Enfatizou, ainda, que seguirá na liderança do governo na Casa.

“O presidente Lula ligou para mim para se solidarizar comigo, dizer que mantém a absoluta confiança dele. A gente se conhece há muitos anos, portanto, ele sabe qual é meu jeito de agir...Então ele só ligou para dizer: “Ó, fique firme. É uma tentativa de desestabilizar você, mas conte com a minha confiança. Então, no meu ponto de vista, até agora, o que eu tenho do presidente Lula é a solidariedade ao ocorrido”, contou, em entrevista à TV Band.

Wagner afirmou que os US\$ 49 mil encontrados por agentes no apartamento dele em Brasília é fruto, na maior parte, de diárias legais, declaradas e não utilizadas em missões internacionais oficiais. O parlamentar garantiu que os valores referentes

às diárias podem ser comprovados pelo Senado. As declarações foram dadas à TV Band.

Wagner explicou que viajou diversas vezes ao exterior e que, de 2019 até o momento, recebeu aproximadamente R\$ 70 mil em diárias. Segundo ele, o dinheiro encontrado em seu cofre provém dessas diárias, que, muitas vezes, não são totalmente gastas durante as viagens, e de dólares ou euros comprados legalmente no Banco do Brasil.

## Timbre do Senado

O parlamentar destacou que, em Brasília, as diárias em espécie (dólar) são entregues em envelopes com o timbre do Senado Federal. Afirmou ainda que os valores estão declarados, pois foram recebidos oficialmente. Ele justificou a guarda no cofre por ser dinheiro em moeda estrangeira, o que dificulta o depósito imediato em conta.

“Está guardado no cofre, porque eu vou viajar. Nem sempre eu levo a diária, às vezes gasto um cartão

e, portanto, o dinheiro está lá. Os envelopes, inclusive, no caso de Brasília, eram envelopes com timbre do Senado Federal. Então, do ponto de vista do dinheiro, eu estou absolutamente tranquilo. Nunca recebi dinheiro de ninguém”, declarou.

Sobre a relação com Daniel Vorcara, dono do Master, disse ser “praticamente zero”, tendo se encontrado com ele apenas duas vezes. O primeiro encontro ocorreu quando o ex-banqueiro se apresentou como novo sócio de Augusto Lima no negócio do cartão CredCesta. O segundo encontro foi para apresentar o ministro aposentado da Justiça Ricardo Lewandowski, a quem Wagner indicou para prestar consultoria jurídica ao banco a pedido de Augusto Lima, ex-sócio de Daniel Vorcara e controlador do agora liquidado Banco Pleno.

Sobre Augusto Lima, Wagner o descreveu como um investidor que adquiriu a rede de supermercados Cesta do Povo e o cartão correspondente após um processo de privatização conduzido pelo estado. “Eu não

tenho nenhum negócio com o Master ou com o CredCesta. Nós privatizamos a rede de supermercado Cesta do Povo, e essa rede levou junto o cartão. Daí para frente, foi um negócio desenvolvido pelo banco e pelo próprio Augusto Lima. Paula”, disse. Sobre o apartamento no Horto, em Salvador, o senador frisou que o imóvel citado nas investigações é um apartamento em construção, que ele pretendia ajudar sua filha a adquirir.

## Candidatura

O parlamentar garantiu que vai manter sua candidatura ao Senado, pois não tem o que temer. “Em relação à minha candidatura está absolutamente mantida. Eu estou muito seguro de tudo que eu fiz. Estou muito seguro da minha vida pessoal. Eu não tenho CNPJ, eu só tenho CPF, não tenho empresa, não tenho nada. Eu tenho um apartamento que é o apartamento que eu moro e meu sítio lá em Andaraí. Esse é meu patrimônio e está declarado no Imposto de Renda”.

“Não sou réu, não sou culpado, não sou nada. É uma investigação em cima do que eu imagino que a Polícia Federal encontrou no celular ou em alguma delação de alguém que eu desconheço quem foi, e vieram conferir comigo. Eu estou absolutamente tranquilo”

Jaques Wagner (PT-BA),  
Líder do governo no Senado

## Entre a “presunção de inocência” e as críticas

Lula Marques/Agência Brasil



A nova fase da Operação Compliance Zero, deflagrada ontem pela Polícia Federal, elevou a temperatura política em Brasília e recolocou no debate a instalação de uma comissão parlamentar mista de inquérito (CPMI) para investigar o caso Master. Entre os alvos da ação estavam o líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), e o empresário Augusto Lima, ex-sócio do banco.

O presidente do Congresso, senador Davi Alcolumbre (União-AP), pregou cautela ante as apurações. Ele ressaltou que investigações são naturais em um Estado Democrático de Direito, mas alertou para o risco de condenações antecipadas.

“Todos neste país podem ser investigados, todos podem ter, por parte do Judiciário, algum questionamento. E isso é normal no Estado Democrático de Direito”, frisou.

Alcolumbre também criticou a prática de comemorar operações policiais quando elas atingem adversários políticos. “Talvez esteja muito cômodo hoje. Quando uma operação da Justiça se dá em cima de um senador ou deputado do PL, os deputados e senadores do PT comemoram. E hoje talvez esteja muito cômodo também quando tem uma operação em senadores ou deputados do PT, os parlamentares do PL comemoram”, afirmou.

Segundo ele, o devido processo legal deve prevalecer sobre disputas

partidárias. “Eu não comemoro nada contra a história de ninguém antes do trânsito em julgado de um processo neste país”, enfatizou.

Já o pré-candidato à Presidência pelo PF, o senador Flávio Bolsonaro (RJ) cobrou a criação do colegiado e disparou críticas ao PT. “Escândalo envolvendo o PT é como a incompetência do governo Lula: não tem como esconder. CPMI do Banco

Master já!”, escreveu em suas redes sociais. O parlamentar, porém, também é alvo de suspeitas no escândalo, após a divulgação de conversas entre ele e o dono do banco, Daniel Vorcara, nas quais negocia R\$ 134 milhões para, supostamente, custear o filme *Dark Horse*, sobre o ex-presidente Jair Bolsonaro.

A senadora Damara Alves (Republicanos-DF) divulgou um vídeo

no qual cobra o bloqueio de bens de envolvidos nas irregularidades. Ela disse que acompanhará os desdobramentos da investigação, especialmente em relação a possíveis conexões com o Banco de Brasília (BRB). “Eu quero saber até onde vai o envolvimento dele com o BRB”, afirmou, referindo-se a Augusto Lima.

A parlamentar também defendeu que recursos eventualmente

desviados sejam recuperados para ressarcir prejuízos ao banco público. “Os fraudadores corruptos que se envolveram no esquema do BRB precisam ter os seus bens pessoais bloqueados. E esse dinheiro tem que voltar para o BRB”, declarou.

O líder da oposição no Senado, Izalci Lucas (PL-DF), afirmou ao **Correio** que a investigação não

pode ser tratada como um episódio isolado. Segundo ele, as suspeitas da PF reforçam denúncias que a oposição vem fazendo sobre a relação entre agentes públicos e interesses do sistema financeiro. “O que estamos presenciando não é um fato isolado, mas a confirmação do modus operandi histórico do PT”, destacou.

Ele defendeu a imediata instalação de uma comissão para apurar as suspeitas. “O Parlamento tem o dever moral de instalar imediatamente a CPMI do Master para desmascarar esse sistema”.

Na Câmara, o líder da oposição, Cabo Gilberto Silva (PL-PB), afirmou ao **Correio** que a operação reforça a necessidade de investigação parlamentar e negou que os fatos em apuração possam ser considerados pontuais.

“Quando uma mesma teia liga um banqueiro preso, operadores, e chega até o líder do governo Lula no Senado, não é um ponto fora da curva, é o desenho do sistema”, afirmou.

O deputado também defendeu que o Congresso não aguarde o encerramento das apurações para agir. “A investigação tem que ir até o fim, doa a quem doer, sem blindagem e sem acordo de bastidor. E o Congresso não pode ficar de braços cruzados esperando.” (DR e colaboração de **Giovanna Rodrigues**)

“Ninguém neste país pode ser condenado antes do trânsito em julgado de um processo. E todos neste país podem ser investigados, todos podem ter, por parte do Judiciário, algum questionamento, e isso é normal no Estado Democrático de Direito”

Davi Alcolumbre (União-AP),  
presidente do Senado